

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 29 DE NOVEMBRO DE 2000

Bom dia a todos aqui presentes. Pedi que tivesse oportunidade de conversar através da mídia, com os brasileiros e as brasileiras, porque chegamos a um resultado, ontem, a respeito do salário mínimo, que eu diria que é um resultado muito alentador, muito importante. Por quê? Porque é o sentimento do Brasil. É um sentimento justo de que devemos fazer o possível e o impossível para melhorar a condição de vida daqueles que mais necessitam. E também para diminuir as diferenças sociais entre nós.

Isso não se faz só com o salário mínimo. Faz-se com uma série de programas sociais, porque estamos empenhados em fazê-los. Com a educação, com emprego, mas o salário mínimo tem um papel importante, até mesmo na redução dos níveis de pobreza.

Houve um debate sério, travado no Congresso Nacional, motivado pelo desejo genuíno de melhorar as condições de salário mínimo, com uma cooperação muito estreita entre o Governo e o Congresso, os vários líderes, as várias correntes partidárias. Recebi todas as centrais sindicais. Recebi a Força Sindical, a CUT e a Social Democracia Sindical, enfim, todas as forças sindicais. Ouvimos a

opinião generalizada da sociedade. Chegou-se à possibilidade que era almejada, ou seja, que a partir, não de maio, como alguns imaginavam, mas a partir de 1º de abril do ano próximo, o salário mínimo possa ter o valor de 180,00 reais.

Isto é importante em si, mas é importante o processo pelo qual se chegou a ele. Por quê? Pela primeira vez, a discussão foi feita tomando em consideração que quem, no fundo, vai ter que pagar este aumento é o Orçamento. Ou seja, é o Tesouro, ou seja, é o povo. O aumento basicamente vai incidir de forma direta sobre o INSS, sobre os aposentados. E isso depende, diretamente, do Tesouro Nacional.

E o Congresso, entendendo isso, buscou o quê? Fontes capazes de suprir os recursos necessário para o aumento do salário mínimo. Não foi simplesmente um aumento pelo desejo – a chamada vontade política – que todos temos, mas que às vezes não corresponde às possibilidades e, portanto, ao invés de conceder realmente um aumento, o que se concede é inflação, ou o que se concede é o prejuízo em outras áreas.

Foram discutidas as prioridades. O Congresso, os líderes do Congresso e o relator, que é pessoa credenciada no Congresso para levar essa negociação, o Senador Amir Lando, os líderes de todos os partidos foram consultados, participaram. Eles chegaram à conclusão de que haveria a possibilidade de, dentro de determinadas condições, obter recursos que são verdadeiros. A totalidade da verba de contingência que está no Orçamento será destinada ao financiamento do salário mínimo.

Mais ainda: o Governo concordou em reduzir 1% dos gastos de custeio. Isso também vai para o salário mínimo. E o Congresso concordou, os líderes concordaram, e o Senador Amir Lando reafirmou que haverá a aprovação de uma lei importante sobre o Código Tributário Nacional. E outra lei a respeito do sigilo, do acesso ao sigilo das empresas, naturalmente com os cuidados devidos. Avaliamos o quanto isso poderia render. Estamos convencidos de que as emendas parlamentares, se não são contempladas pelos fun-

dos de contingência, serão contempladas através dessas modificações que foram propostas no Congresso.

Não obstante isso significa, primeiro, um voto de desejo do Congresso tão grande, que abre mão, momentaneamente, de considerar uma verba fixa para as emendas. E, por outro lado, uma convicção do Congresso de que as medidas que serão aprovadas, efetivamente são boas e vão render o suficiente para que as emendas sejam atendidas.

Esse foi o processo. O resultado? Cento e oitenta reais. Muito bem. Quando nós iniciamos o Plano Real, o salário mínimo era de 64,79 reais. Agora chegaremos a 180,00 reais. Ao chegarmos a 180,00, isso significará que, se compararmos com o valor da cesta básica, que houve um aumento real de 110%. Se compararmos com a inflação – e a parte maior da inflação foi em 94 – será um aumento real de 44%. Em termos nominais, é um aumento de cerca de 280%. Portanto, é um resultado, é um esforço considerável que o País está fazendo para atender àquilo que nós todos achamos justo, que é a melhoria das condições de vida das camadas que mais necessitam.

De modo que eu queria ter a satisfação de poder dizer, de viva voz, da minha alegria de ver que o Congresso está atuando de uma maneira conseqüente, a sociedade está tendo suas aspirações, dentro das possibilidades, atendidas, e o Governo não se furtou àquilo que eu disse logo no início: faremos o possível e o impossível para atingir a meta que é desejada por todos. E o faremos com o sentido de responsabilidade. Até porque temos, hoje, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita muito as possibilidades de exageros. Não adianta criar receitas que não existem, ou existem virtualmente apenas, porque depois não vão poder ser atendidas na execução orçamentária. Não é assim que se está encaminhando.

Estou, portanto, convencido de que este acordo será honrado pelo plenário do Congresso Nacional, que não faltará, tenho certeza, ao desejo, que é do Governo, que é do País, que é dos sindicatos, mas que é, sobretudo, dos nossos trabalhadores, para chegarmos aos 180,00 reais.

Era isso que eu queria transmitir. E quando eu voltar – porque hoje irei ao México, mas volto no sábado – espero que tenhamos tido mais progressos em várias outras matérias que estão pendentes. Todos sabem que, hoje, para governar é preciso um entendimento entre o Executivo e o Legislativo, entre as várias forças do Legislativo, sobretudo as forças que apóiam o Governo, que constituem a maioria, que têm a responsabilidade maior de votar as medidas que são necessárias para o Brasil continuar avançando e crescendo.

Muitíssimo obrigado.